

AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR/RJ

Termo de Referência 102/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
102/2026	253003-AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR /RJ	GIZELE TOLEDO DE OLIVEIRA	28/05/2026 16:49 (v 0.6)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		33910.033237/2025-20

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 33910.033237/2025-20)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de prestação de serviços de clipping jornalístico, consistentes no monitoramento, coleta, organização e disponibilização de notícias veiculadas em meios de comunicação impressos, digitais, radiofônicos e televisivos, relacionados às atividades, competências e temas de interesse da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos termos abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de clipping jornalístico, com monitoramento contínuo (24h/7), envio de boletins e alertas, disponibilização em plataforma online e elaboração de relatórios.	10219	mês de prestação de serviço	24	13.600,00	326.400,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade permanente e ininterrupta de monitoramento de notícias e informações relevantes para subsidiar a atuação institucional, a comunicação organizacional e a gestão de crises da ANS, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Priorizar o uso de meios digitais para disponibilização, envio e armazenamento das informações e relatórios decorrentes da prestação dos serviços, de modo a reduzir o consumo de papel e outros insumos físicos;
- 4.1.2. Adotar práticas que reduzam o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos, sempre que compatíveis com a execução do objeto contratual; e
- 4.1.3. Empregar, sempre que possível, soluções tecnológicas que contribuam para a eficiência energética e a redução de impactos ambientais.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), conforme justificativa constante dos Estudos Técnicos Preliminares.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.6.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6.1.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.6.1.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.6.1.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.6.1.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.6.1.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6.2. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6.3. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.6.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.6.5. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.6.5.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.6.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.6.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.6.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

4.6.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.6.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.6.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificado.

4.6.10. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.6.10.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.6.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.6.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.6.11.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.6.11.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.6.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.6.13. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.6.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.6.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Instalação de escritório

4.8. Não se aplica.

Margem de preferência

4.9. Não se aplica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a) monitoramento contínuo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de notícias e menções veiculadas em meios de comunicação impressos, digitais, radiofônicos e televisivos, relacionadas a temas de interesse da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

b) coleta, seleção, categorização e indexação das matérias identificadas, com organização em base de dados eletrônica pesquisável;

c) envio de boletins informativos diários por correio eletrônico, três vezes ao dia, em horários previamente definidos pela Administração;

d) envio de alertas em tempo real, por meio de aplicativo de mensagens instantâneas, para matérias consideradas relevantes;

e) disponibilização de plataforma eletrônica para acesso, consulta, download e exportação das matérias e relatórios; e

f) elaboração de relatórios analíticos e gerenciais, conforme periodicidade estabelecida no Termo de Referência.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: execução contínua durante toda a vigência contratual, observadas as rotinas e periodicidades definidas neste Termo de Referência.

5.1.4 Declaração da licitante indicando profissional jornalista como responsável técnico pela execução dos serviços, o qual deverá possuir formação superior em Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, cabendo-lhe assegurar que os produtos e serviços prestados estejam em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.5 O profissional indicado deverá possuir vínculo com a licitante, comprovado por meio de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou participação societária.

5.1.6 A eventual substituição do responsável técnico dependerá de prévia anuência da Administração, devendo o substituto possuir qualificação equivalente ou superior.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados de forma remota, por meio de plataforma eletrônica disponibilizada pelo Contratado.

5.3. Os serviços serão prestados de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

a) monitoramento permanente das fontes previamente definidas;

b) envio regular dos boletins informativos;

c) disponibilização contínua da plataforma eletrônica; e

d) atendimento às demandas de esclarecimento e ajustes solicitados pela fiscalização do contrato.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá se responsabilizar por todos os recursos tecnológicos, sistemas, licenças, infraestrutura, softwares, equipamentos e meios necessários à execução do objeto, sem ônus adicional para o Contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- a) necessidade de monitoramento contínuo de múltiplos veículos e meios de comunicação;
- b) envio de boletins informativos diários, três vezes ao dia, e alertas em tempo real; e
- c) disponibilização de base histórica de matérias, com possibilidade de consulta e geração de relatórios.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação das condições de execução, das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Verificação do cumprimento das rotinas de monitoramento e coleta de notícias;

6.16.2. Acompanhamento da disponibilidade e funcionamento da plataforma eletrônica; e

6.16.3. Conferência da regularidade das entregas previstas contratualmente.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou falhas na execução do objeto.

6.18 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III deste Termo de Referência.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma de execução vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados;

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. disponibilização contínua da plataforma eletrônica e acesso ininterrupto para consulta e pesquisa, conforme requisitos definidos neste Termo de Referência;

7.5.2. cumprimento das rotinas de monitoramento e envio dos produtos de clipping, boletins e alertas, com a periodicidade e prazos estabelecidos neste Termo de Referência; e

7.5.3. qualidade das entregas, incluindo integridade das matérias, correta categorização/indexação e possibilidade de geração e exportação de relatórios, conforme requisitos definidos neste Termo de Referência.

7.5.4. Os critérios detalhados de avaliação, metas de desempenho, metodologia de pontuação e faixas de ajuste de pagamento encontram-se estabelecidos no Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, será considerado como conclusão do objeto para o período de faturamento a efetiva prestação dos serviços no período, com a disponibilização do acesso à plataforma, a entrega dos boletins e alertas previstos e a apresentação do relatório mensal de prestação dos serviços, quando aplicável.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.19.2. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/01/2026.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para a infração descrita na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Regime de execução

9.2. O objeto desta contratação não será dividido em itens ou lotes, considerando tratar-se de serviço contínuo cuja execução integrada se mostra necessária para assegurar a adequada prestação do serviço.

9.3. O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.4.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários considerados relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante
Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações necessárias à execução do objeto e das condições para cumprimento das obrigações contratuais.

Qualificação técnico-operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. contrato(s) que comprove(m) a execução de serviços similares de clipping jornalístico, relativos à parcela de maior relevância técnica do objeto, consistente no monitoramento diário de notícias veiculadas em meios de comunicação impressos, em mídias on-line, em emissoras de rádio ou em canais abertos e fechados de televisão, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

9.32.2. Será admitida, para fins de comprovação da execução de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.40.6.1. ata de fundação;

9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 326.400,00 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais)**, conforme custos unitários e metodologia de cálculo detalhados no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de riscos constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I – Gestão/Unidade: 36213/253003

II – Fonte de Recursos: 1003

III – Programa de Trabalho: 10.125.5121.4339.0001

IV – Elemento de Despesa: 33903901; e

V – Plano Interno: não há

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

(Em papel personalizado da empresa)

À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

A/C: Sr. Pregoeiro (a)

PROCESSO Nº 33910.033237/2025-20

Prezado(a) Senhor(a),

Tendo examinado minuciosamente as condições estabelecidas no Termo de Referência relativas à contratação de serviço contínuo de clipping jornalístico, compreendendo o monitoramento, a coleta, a organização e a disponibilização de notícias veiculadas em meios de comunicação impressos, digitais, radiofônicos e televisivos, a serem executados de forma continuada, nos prazos, condições e especificações definidos pela Administração, propomos executar o objeto licitado pelo valor global de R\$ _____ (valor por extenso), correspondente ao valor mensal de R\$ _____ (valor por extenso), para o período inicial de 12 (doze) meses, podendo o valor global atingir R\$ _____ (valor por extenso) no caso de prorrogação contratual até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme previsto no Termo de Referência.

Declaramos que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e despesas necessários à perfeita execução dos serviços, tais como mão de obra, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo estabelecido no Edital e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

Telefone comercial:

Celular:

Endereço eletrônico:

Responsável para contato:

Banco:
Agência:
Conta corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome:
RG:
Órgão expedidor:
CPF:
Naturalidade:
Nacionalidade:
Cargo/função:
Endereço:
Bairro:
Cidade:
UF:
CEP:
Telefone:
Celular:
Endereço eletrônico:

Local e data

Assinatura do representante legal

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Licitante*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo licitatório.

Local-UF, de de 20.... .

(*Nome e Cargo do Representante Legal*)

15. ANEXO III

ANEXO III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

INFORMAÇÕES GERAIS

Definição: Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

Apuração: Ao final de cada período de apuração (mensal), a fiscalização do contrato encaminhará ao responsável designado pela Contratada as informações para emissão do documento de cobrança pelo valor ajustado e adoção das medidas recomendadas, se houver, e ao setor administrativo da Contratante, para acompanhamento.

Sanções: Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Administração da Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas no Termo de Referência.

CONDIÇÕES GERAIS

Para o acompanhamento e a avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o IMR entre as partes, com base nos indicadores e metas definidos abaixo.

A análise dos resultados dessas avaliações pela Contratante poderá resultar na adoção de providências administrativas, inclusive a aplicação de penalidades previstas no Termo de Referência, caso a Contratada não cumpra suas obrigações contratuais relacionadas à disponibilidade da plataforma, ao envio de boletins informativos, ao envio de alertas em tempo real, à qualidade das entregas e ao atendimento às demandas da fiscalização.

O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa Contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

O IMR será implementado na data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico e ao Fiscal Administrativo do contrato, auxiliado pelos Fiscais Setoriais dos locais onde estão sendo prestados serviços, avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS

A empresa Contratada deverá assegurar a adequada prestação dos serviços de monitoramento, coleta, tratamento e disponibilização de notícias e menções em meios de comunicação, garantindo a qualidade, a tempestividade e a confiabilidade das informações disponibilizadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Para o alcance desses objetivos, serão adotadas as seguintes regras de medição de resultado:

Os serviços prestados pela Contratada serão avaliados por meio de cinco indicadores de qualidade, relacionados ao desempenho da solução contratada, abrangendo: disponibilidade da plataforma eletrônica, cumprimento das rotinas de monitoramento e envio de boletins, envio de alertas em tempo real, qualidade das entregas realizadas e atendimento às demandas da fiscalização.

Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

Cada indicador possui peso específico na avaliação da execução contratual, de acordo com sua relevância para a qualidade do serviço prestado. A pontuação final poderá variar entre 0 (zero) e 100 (cem) pontos, correspondendo, respectivamente, às situações de desempenho insatisfatório e de elevado nível de qualidade na prestação do serviço.

DO FATOR DE ACEITAÇÃO

As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1	
DISPONIBILIZAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA PLATAFORMA	
(30 PONTOS)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a disponibilização contínua da plataforma eletrônica e o acesso ininterrupto para consulta, pesquisa, download e exportação, conforme Termo de Referência.
Meta a cumprir	Plataforma disponível e acessível de forma contínua, com estabilidade e funcionalidade para uso.
Instrumento de medição	Registros de indisponibilidade (logs, relatórios do sistema, evidências técnicas), chamados registrados, e registros formais da fiscalização.
Forma de acompanhamento	Pela fiscalização do contrato, mediante registros de ocorrência e evidências.
Periodicidade	Contínua, com aferição mensal.
Mecanismo de Cálculo	Quantidade e duração das indisponibilidades no mês e impacto na prestação do serviço.
Início de Vigência	A partir do início da execução do contrato.
	30 pontos: nenhuma indisponibilidade relevante no mês ou indisponibilidades pontuais sem impacto material no serviço

Faixas de ajuste no pagamento	24 pontos: 1 ocorrência relevante de indisponibilidade, com impacto limitado e restabelecimento em prazo compatível
	18 pontos: 2 ocorrências relevantes no mês ou indisponibilidades que afetem consultas/exports por período significativo
	10 pontos: 3 ocorrências relevantes no mês ou indisponibilidade com impacto alto no serviço
	0 ponto: 4 ou mais ocorrências relevantes no mês, ou indisponibilidade que inviabilize a prestação do serviço em parte relevante do período
	Observações: Considera-se “ocorrência relevante” a indisponibilidade que impeça o acesso ou a funcionalidade principal da plataforma (consulta/pesquisa/exportação) durante a execução contratual.

INDICADOR 2	
CUMPRIMENTO DAS ROTINAS DE MONITORAMENTO E ENVIO DE BOLETINS (25 pontos)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o cumprimento das rotinas de monitoramento permanente e o envio regular dos boletins informativos, nos prazos e periodicidade definidos no Termo de Referência e nos ajustes operacionais formalizados pela fiscalização.
Meta a cumprir	Envio regular dos boletins informativos diários, conforme horários previamente definidos, sem atrasos injustificados e com integridade das entregas.
Instrumento de medição	Evidências de envio (e-mails), registros de recebimento, e registros formais de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Pela fiscalização do contrato, mediante conferência amostral e registros.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal.
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de boletins não enviados e/ou enviados com atraso injustificado no mês.
Início de Vigência	A partir do início da execução do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	25 pontos: nenhuma ocorrência no mês 20 pontos: 1 ocorrência no mês (não envio ou atraso injustificado) 15 pontos: 2 ocorrências no mês 8 pontos: 3 ocorrências no mês 0 ponto: 4 ou mais ocorrências no mês Observações: A ocorrência deve ser registrada formalmente, com evidência do não envio/atraso.

<div>INDICADOR 3</div> <div>ENVIO DE ALERTAS EM TEMPO REAL (15 pontos)</div>	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o envio de alertas em tempo real para matérias consideradas relevantes, conforme Termo de Referência e parâmetros definidos com a fiscalização.
Meta a cumprir	Envio tempestivo dos alertas, sem atrasos injustificados, para as matérias definidas como relevantes.
Instrumento de medição	Registros do canal de mensagens, evidências de horários de publicação/identificação e envio, e registros formais de ocorrência.
Forma de acompanhamento	Pela fiscalização do contrato.
Periodicidade	Por evento, com aferição mensal.
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de alertas que deixaram de ser enviados ou foram enviados com atraso injustificado no mês.
Início de Vigência	A partir do início da execução do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	15 pontos: nenhuma ocorrência no mês 12 pontos: 1 ocorrência no mês 8 pontos: 2 ocorrências no mês 4 pontos: 3 ocorrências no mês 0 ponto: 4 ou mais ocorrências no mês Observações: A definição de “matérias relevantes” e o canal de envio serão operacionalizados com a fiscalização, sem prejuízo das obrigações do Termo de Referência.

INDICADOR 4

QUALIDADE DAS ENTREGAS (INTEGRIDADE, CATEGORIZAÇÃO/INDEXAÇÃO E EXPORTAÇÃO) (20 pontos)

ITEM	DESCRIÇÃO

Finalidade	Mensurar a qualidade do clipping entregue, considerando integridade das matérias, correta categorização /indexação e possibilidade de geração/exportação de relatórios, conforme Termo de Referência.
Meta a cumprir	Entregas consistentes, com integridade e correta classificação, e funcionamento adequado de exportações e relatórios.
Instrumento de medição	Verificação amostral mensal pela fiscalização, com registro das inconsistências encontradas e evidências (prints, relatórios, exemplos).
Forma de acompanhamento	Pela fiscalização do contrato, mediante análise amostral e registro formal.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Percentual de itens avaliados na amostra mensal com inconformidades (ex.: matéria incompleta, categorização incorreta, duplicidades relevantes, falha de exportação).
Início de Vigência	A partir do início da execução do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	20 pontos: sem inconformidades relevantes na amostra mensal 16 pontos: inconformidades relevantes em até 5% da amostra mensal 12 pontos: inconformidades relevantes entre 5,01% e 10% da amostra mensal 6 pontos: inconformidades relevantes entre 10,01% e 20% da amostra mensal 0 ponto: inconformidades relevantes acima de 20% da amostra mensal Observações: A fiscalização definirá a amostra mensal e registrará formalmente as inconformidades.

INDICADOR 5	
RELATÓRIO MENSAL E ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA FISCALIZAÇÃO (10 pontos)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a entrega do relatório mensal de prestação dos serviços e o atendimento às solicitações de esclarecimento e ajustes demandados pela fiscalização.
Meta a cumprir	Entrega do relatório mensal e atendimento tempestivo às solicitações da fiscalização.
Instrumento de medição	Relatório entregue, registros de solicitações e respostas (e-mails/mensagens) e registros formais da fiscalização.

Forma de acompanhamento	Pela fiscalização do contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Ocorrências de não entrega/atraso injustificado do relatório e/ou não atendimento/atraso injustificado às demandas da fiscalização no mês.
Início de Vigência	A partir do início da execução do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	10 pontos: nenhuma ocorrência no mês 7 pontos: 1 ocorrência no mês 3 pontos: 2 ocorrências no mês 0 ponto: 3 ou mais ocorrências no mês

FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

PONTUAÇÃO TOTAL

Pontuação total do serviço = Pontos do Indicador 1 + Pontos do Indicador 2 + Pontos do Indicador 3 + Pontos do Indicador 4 + Pontos do Indicador 5

FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO (APLICAÇÃO DE GLOSA)

A pontuação final mensal (0 a 100) ajustará o valor mensal devido, conforme fator abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	98% do valor previsto	0,98

De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	92% do valor previsto	0,92
De 50 a 59 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 50 pontos	90% do valor mensal devido	0,90 + avaliar necessidade de adoção de providências adicionais, inclusive aplicação de penalidades previstas no Termo de Referência, conforme o caso.
Fórmula: Valor devido no mês = (Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste)		

OBSERVAÇÃO: A ocorrência de avaliação inferior a 40 pontos por três vezes poderá ensejar a instauração de processo administrativo para apuração de falha grave na execução contratual, podendo resultar na aplicação de penalidades ou na rescisão do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos	Avaliação
1 – Disponibilização e disponibilidade da plataforma	Nenhuma indisponibilidade relevante no mês	30	
	1 ocorrência relevante de indisponibilidade	24	
	2 ocorrências relevantes no mês	18	
	3 ocorrências relevantes no mês	10	
	4 ou mais ocorrências relevantes	0	

2 - Cumprimento das rotinas de monitoramento e envio de boletins	Nenhuma ocorrência no mês	25	
	1 ocorrência no mês	20	
	2 ocorrências no mês	15	
	3 ocorrências no mês	8	
	4 ou mais ocorrências no mês	0	
3 – Envio de alertas em tempo real	Nenhuma ocorrência no mês	15	
	1 ocorrência no mês	12	
	2 ocorrências no mês	8	
	3 ocorrências no mês	4	
	4 ou mais ocorrências no mês	0	
4 – Qualidade das entregas (integridade, categorização/indexação e exportação)	Sem inconformidades relevantes	20	
	Inconformidades em até 5% da amostra	16	
	Inconformidades entre 5,01% e 10%	12	
	Inconformidades entre 10,01% e 20%	6	
	Inconformidades acima de 20%	0	
	Nenhuma ocorrência no mês	10	
	1 ocorrência no mês	7	

5 – Relatório mensal e atendimento às demandas da fiscalização	2 ocorrências no mês	3	
	3 ou mais ocorrências no mês	0	
Pontuação Total do Serviço			

DISPOSIÇÕES FINAIS

Este instrumento define expectativas de serviço e responsabilidade entre o Contratante e a empresa Contratada, e integra o Termo de Referência e o contrato dele decorrente para todos os fins.

Além disso, o espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, no intuito de prover serviços de qualidade e com eficiência visando o interesse público.

O IMR poderá ser revisto em caso de ajustes de rotina operacional devidamente formalizados, sem prejuízo das obrigações previstas no Termo de Referência.

Não obstante, salienta-se que o IMR será avaliado a cada prorrogação e sendo necessários ajustes, serão feitos de comum acordo.

A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

Rio de Janeiro,.....de.....de 20.....

CONTRATANTE: ANS

16. ANEXO IV

ANEXO IV

Processo nº 33910.033237/2025-20

MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE IMR

Este instrumento define expectativas de prestação dos serviços e responsabilidades entre a AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS e a empresa, CNPJ nº, sendo parte integrante do contrato decorrente do Pregão nº, celebrado para a prestação de serviços continuados de clipping jornalístico.

O presente instrumento tem por objetivo estabelecer parâmetros claros de execução dos serviços, bem como critérios de acompanhamento e avaliação de desempenho, de forma a assegurar a adequada entrega dos produtos contratados, com qualidade, tempestividade e aderência às necessidades institucionais da ANS.

Busca-se, com este documento, promover o alinhamento entre as partes quanto às condições de prestação dos serviços, contribuindo para a melhoria contínua da execução contratual e para o alcance dos resultados esperados no monitoramento de notícias e conteúdos de interesse institucional.

A assinatura deste instrumento indica que as partes têm pleno conhecimento das obrigações assumidas, dos critérios de avaliação estabelecidos e das expectativas quanto à qualidade e eficiência dos serviços prestados, comprometendo-se a atuar de forma colaborativa para o atendimento do interesse público.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE: _____

_____ ANS

CONTRATADA: _____

_____ (RAZÃO SOCIAL) (NOME DO SIGNATÁRIO-REPRESENTANTE LEGAL

17. ANEXO V

ANEXO V

GUIA DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLIPPING JORNALÍSTICO

PROCESSO Nº 33910.033237/2025-20

1. Disposições gerais

1.1. A fiscalização da execução contratual será realizada com base na verificação do cumprimento das obrigações previstas no contrato, no Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

1.2. A atuação da fiscalização terá caráter preventivo, orientador e corretivo, visando assegurar a adequada prestação dos serviços e o atendimento do interesse público.

1.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

2. Fiscalização inicial

2.1. No início da execução contratual, deverá ser realizada reunião de alinhamento entre a Administração e a contratada, com registro em ata, para definição dos fluxos operacionais, canais de comunicação e procedimentos de acompanhamento dos serviços.

2.2. A contratada deverá indicar formalmente o preposto responsável pela interlocução com a Administração, bem como disponibilizar os meios de contato necessários ao atendimento das demandas contratuais.

2.3. Deverá ser validada a metodologia de execução dos serviços, incluindo critérios de monitoramento, seleção e envio de conteúdos, periodicidade dos relatórios e formatos de entrega.

2.4. Deverá ser verificada a disponibilização e o adequado funcionamento das ferramentas tecnológicas necessárias à prestação dos serviços.

3. Fiscalização da execução dos serviços

3.1. O gestor e o fiscal do contrato deverão acompanhar o cumprimento dos prazos de envio dos conteúdos e relatórios previstos no contrato.

3.2. Deverá ser verificada a conformidade dos produtos entregues quanto à pertinência temática, abrangência das fontes monitoradas, clareza das informações e aderência às diretrizes estabelecidas pela Administração.

3.3. Eventuais falhas ou inconsistências deverão ser registradas em instrumento próprio de acompanhamento contratual.

3.4. A aferição dos resultados para fins de pagamento será realizada conforme os critérios estabelecidos no IMR.

4. Fiscalização administrativa

4.1. Antes da autorização do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da contratada junto ao SICAF ou mediante apresentação das certidões exigidas em contrato.

4.2. Deverá ser verificada a compatibilidade entre os serviços efetivamente prestados e os valores faturados.

5. Reuniões de acompanhamento

5.1. Poderão ser realizadas reuniões periódicas de avaliação da execução contratual, com o objetivo de promover ajustes operacionais e melhoria contínua dos serviços.

6. Providências em caso de descumprimento

6.1. Constatado o descumprimento de obrigações contratuais, a contratada deverá ser formalmente notificada para adoção das medidas corretivas cabíveis.

6.2. Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas as medidas previstas no contrato e na legislação aplicável, inclusive aplicação de sanções e ajustes no pagamento conforme o IMR.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

GIZELE TOLEDO DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 16:49:10.